

## **HISTÓRIA ORAL E A CIDADE: RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES.**

Ana Elizabete Moreira de Farias - UFPB<sup>1</sup>  
Eliana de Souza Rolim - UFPB<sup>2</sup>

As cidades são complexos materiais aglutinadores de diferentes pensamentos e idéias, que criam identidades, transformam e modificam a vida das pessoas que nelas habitam e, por isso mesmo, também são palco dos conflitos sociais e históricos. Dessa forma, o propósito desse artigo é discutir a relação da História Oral com a constituição da memória enquanto fonte de saber histórico. Sendo severamente criticada por ser uma fonte subjetiva e por estar sujeita a qualquer tipo de anacronismos ou “inverdades” a História Oral torna possível a compreensão de como os atores sociais, por meio da memória, representam o passado. Assim, a memória contribuindo para a construção de saberes.

Palavras Chaves: cidades, história oral, memória, identidade

Ao longo da história da humanidade as cidades têm sido palco privilegiado das transformações cotidianas da vida das sociedades. Entretanto, quando se fala em “privilégios”, não se quer fazer uma supervalorização das cidades em detrimento de outros espaços onde também se desenvolveram as tramas sociais e históricas, tais como: vilas, fazendas, etc., mas sim, compreender a cidade como lugar de buscas incessantes das aventuras e anseios de liberdade, desenvolvimento e ascensão social tão desejados pelo “homem moderno”, que vê na cidade, a possibilidade de encontrar as mais variadas formas de satisfazer suas necessidades de lazer, habitação, educação, entre outras e onde se encontram os bens materiais e serviços necessários ou não à sua sobrevivência.

Segundo Silva Filho:

A cidade é território do desejo, da pulsação humana, da utopia, lugar onde se constroem as identidades; lugar da elaboração das formas de consciência, lugar da razão nos planejamentos e intervenções técnicas; da irracionalidade da multidão explosiva; cenário da modernidade;

---

<sup>1</sup> Mestre em História pelo PPGH-UFPB

<sup>2</sup> Mestranda no PPGH-UFPB

território do sagrado e do profano, lugar onde estão os sujeitos históricos, os atores sociais. (SILVA FILHO, 2005, p. 81).

Desse modo, pode-se afirmar que as cidades são complexos materiais aglutinadores de diferentes pensamentos e idéias, que criam identidades, transformam e modificam a vida das pessoas que nelas habitam e, por isso mesmo, também são palco dos conflitos sociais e históricos, e como tal, podem ser estudadas e entendidas como integrantes de um conjunto de fatores que estão à espera de pesquisas e descobertas.

Essa idéia é reforçada por Roche (1998, p. 63) quando fala sobre a cidade moderna do século XVIII ao dizer que: “[...] a cidade não é inteiramente desaculturadora: ela retém e transforma os homens, fornece-lhes modelos novos de comportamento alimentar e indumentário, propicia-lhes novas oportunidades de instruir-se e de sonhar”. Ainda segundo esse autor, o espaço material da cidade se transforma em função das necessidades de uma população migratória que, de acordo com seu aumento, cotidianamente anseia alcançar melhorias financeiras ou pessoais, viabilizando transformações e crescimento no espaço urbano. Contudo, essa população, em parte, sem qualificação para o trabalho e para os ritmos citadinos, acaba na marginalidade ou na mendicância. Assim, as cidades também são palco das diversidades sociais e culturais.

Neste sentido, ROLNIK (1995) afirma que as construções arquitetônicas de um determinado período guardam muito das experiências e histórias vivenciadas pelas sociedades que as construíram e, por isso mesmo, a preservação desses bens arquitetônicos como lugares de memória é uma riqueza que pode ser descoberta através da oralidade dos personagens que conheceram essas construções no tempo em que “pulsavam” através da dinâmica de seus antigos habitantes. “A arquitetura da cidade é ao mesmo tempo continente e registro da vida social [...]”. (ROLNIK, 1995, p. 18)

Entende-se que as construções arquitetônicas das cidades servem a vários propósitos, tais como: ostentação de luxo e riqueza, embelezamento e, dar um toque de modernidade, por isso concorda-se com Rolnik que o patrimônio arquitetônico guarda histórias e que essas histórias podem vir à tona através da memória coletiva.

Na visão de Halbwachs,

[...] não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem uma à outra, nada permanece em nosso espírito e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. (HALBWACHS, 1990, p. 143).

Mas, se lembrar o passado é narrar histórias e preservar a memória, isto não é tarefa fácil, visto que, para a sociedade informatizada contemporânea, os acontecimentos se tornam cada vez mais passageiros e logo outros assuntos ocupam espaços na mídia. Conseqüentemente, no imaginário social e muito do que se acumula nos bancos de dados dos computadores acaba sendo esquecido rapidamente.

De acordo com Meneses (1999), a preservação dos lugares de memória é relevante, não simplesmente para a recordação de um passado fetichizado, mas, para a valorização da memória coletiva, pois esses signos fazem parte da existência de um tempo comum a um determinado grupo social. Isto é, as construções antigas dizem muito aos que se lembram sobre um tempo já vivido, sobre uma “outra” história, com outros conflitos e outras tramas sociais.

A memória coletiva auxilia os que lembram, a confirmarem a existência dos fatos presentes na memória subjetiva dos indivíduos, isto é, quando alguém lembra de alguma coisa, essa lembrança não é total, pois a memória não é capaz de “resgatar” todas as nuances dos episódios vividos. Daí a importância de verificar, na coletividade, outras luzes trazidas através das lembranças de outros atores para que os episódios narrados pela oralidade ganhem a sanção de uma testemunha. Como diz Bosi: “Somos, de nossas recordações, apenas uma testemunha, que às vezes não crê em seus próprios olhos e faz apelo constante ao outro para que confirme a nossa visão: ‘Aí está alguém que não me deixa mentir’.” (BOSI, 1994, p. 407)

Entretanto, para reconstituir a memória dos grupos sociais sobre um determinado espaço é necessário trabalhar a oralidade desses sujeitos com pesquisas que evidenciem suas memórias em relação aos espaços pesquisados. A “[...] oralidade [...] permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas e novas.” (LOZANO, 1996, p. 16). Através da História Oral, portanto é possível coletar informações preciosas para novas versões da História Tradicional.

Durante muito tempo, a História privilegiou o documento escrito em detrimento da História Oral e o passado em detrimento de temas contemporâneos como qualidade para a imparcialidade. No final dos anos 1980, a determinação cultural dos agentes e das práticas sociais passou a influenciar a história produzida na academia, como “resposta” à história econômica e política que até então predominava nos cursos

de graduação e pós-graduação no Brasil<sup>3</sup>. Nesse sentido, desenvolveram-se estudos sobre as subjetividades, o imaginário e o campo simbólico. A partir da ampliação do campo da história os temas contemporâneos foram ganhando visibilidade e a História Oral foi sendo incorporada nessa discussão.

A História Oral despontou nos Estados Unidos e Europa basicamente na década de 50 do século passado, mas somente nos anos 1960 houve uma maior aceitação de suas práticas por parte dos historiadores e cientistas sociais. Entretanto, a expansão das pesquisas aconteceu mais tarde (décadas de 1980 e 1990) com a publicação de trabalhos acadêmicos utilizando o novo método. Esse crescimento se deu em grande parte impulsionado pelas tendências da terceira geração dos *Annales* que abriu a possibilidade de trabalhar com novos temas e abordagens, entre elas a História das Mentalidades.

Como uma metodologia de pesquisa a História Oral<sup>4</sup> se constitui a partir da “fabricação” de fontes orais que abrem possibilidades para o estudo da história contemporânea e para “o afloramento de múltiplas versões da história e, portanto, potencializa o registro de diferentes testemunhos sobre o passado, contribuindo para a construção da consciência histórica individual e coletiva”. (NEVES, 2000: 115).

No seu início ela esteve atrelada à História militante, no sentido de dar “voz” aos excluídos – trabalhadores das fábricas, camponeses, mulheres, velhos – o que propiciou um diálogo com a história “vista de baixo”, assumindo a postura de uma contra-história, operando uma inversão radical nos métodos e objetos consagrados da História tradicional<sup>5</sup>.

Assim como as outras fontes históricas, a fonte oral é passível de questionamentos quanto a sua validade, pois, considera-se que ela não dá conta definitiva e completamente do que aconteceu no passado, necessitando de interpretação e análise<sup>6</sup>. Entretanto, a grande crítica que é dirigida à História Oral reside no fato da

---

<sup>3</sup> É importante notar que nesse período houve a intensificação dos estudos da obra de Foucault e a publicação da tradução dos livros de Roger Chartier, Michel de Certeau, Hayden White, Pierre Bourdieu, entre outros que influenciaram diretamente os debates historiográficos travados na academia.

<sup>4</sup> Concordando com Montenegro (1998) - citando o estatuto da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) - entendemos: “*Por História Oral (...) o trabalho de pesquisa que utiliza fontes orais em diferentes modalidades, independente da área do conhecimento na qual essa metodologia é utilizada*”. (MONTENEGRO, 1998: 14)

<sup>5</sup> A esse respeito, o artigo “História oral, memória e turismo cultural” fornece uma breve discussão. Ver: FREIRE, Doía e PEREIRA, L. LEITE, in: MURTA, Estela Maris; ALBANO, Celina. (Orgs.) Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. p 121/130.

<sup>6</sup> No entanto, nenhuma fonte consegue dá conta definitiva e completamente do que aconteceu no passado, nem aquelas que têm a validade instituída como as documentações oficiais.

entrevista/depoimento ser uma fonte *intencionalmente produzida* pelo pesquisador no presente e não no momento em que aconteceu o evento estudado, além de trabalhar com a “variante memória”. Variante no sentido de cambiante, de ser um “produto” inacabado, sempre sujeita às influências do presente, ou seja, uma reelaboração/representação do passado, uma vez que a memória não é um registro fotográfico do que foi vivenciado.

Fazendo sua análise acerca do pensamento do sociólogo durkheimniano de Maurice Halbwachs, Ecléa Bosi (1994) afirma que:

O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, *lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado*. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora a nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. [grifos nossos] (BOSI, 1994: 55)

Desse modo, ao ter a memória como fonte, o historiador precisa mergulhar em visões subjetivas de atores sociais e evocar as experiências desses sujeitos e suas relações com passado e o presente para poder produzir conhecimentos históricos significativos. No entanto, na tarefa de recuperar a memória perdida ou esquecida, o historiador leva consigo seu ponto de vista e intencionalidades que acabam por interferir na maneira como vai interpretar essas memórias. Esse é um trabalho, segundo Albuquerque Junior (2007), que exige certa demanda de “violência” inerente ao ofício do historiador da memória.

Alberti (2006) afirma que a “(...) riqueza da História Oral está evidentemente relacionada ao fato de ela permitir o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais (...)” (p. 166), ampliando o conhecimento sobre determinados períodos da História. Essa ampliação acontece porque para realizar as entrevistas/depoimentos, o pesquisador/historiador necessita fazer pesquisas em fontes escritas, sejam elas bibliográficas, arquivistas, etc. Ou seja, faz-se necessário um conhecimento, intelectual e empírico, previamente adquirido para que se tenha uma maior segurança no trato com os possíveis testemunhos de uma pesquisa dessa natureza.

Paul Thompson em seu artigo “História Oral e contemporaneidade”, ao refazer sua trajetória com a História Oral, fala da natureza interdisciplinar, além de chamar atenção para os desafios que diz respeito à questão da “verdade” da memória.

Grosso modo, os depoimentos *combinam* dois tipos de conteúdos. De um lado, eles podem fornecer uma grande quantidade de informações factuais válidas (...) informações que de vários modos pode-se provar como sendo amplamente confiáveis; mas ao lado disso, eles também sustentam a igualmente reveladora marca da moduladora força da memória, e também da consciência coletiva e individual. (THOMPSON, 2002: 22)

Apesar de ser severamente criticada por ser uma fonte subjetiva e por estar sujeita a qualquer tipo de anacronismos ou “inverdades”, os questionamentos sobre a natureza da memória e os silêncios produzidos por ela, podem ser abordados de forma positiva, uma vez que a memória ajuda na constituição das identidades, na identificação do sentimento de pertença e na construção de saberes. Essa concepção mostra a riqueza e a complexidade da subjetividade humana expressa a partir da memória. Isto é, mesmo não sendo uma releitura do passado, tal como ele se produziu, a memória enriquece o estudo das relações passado/presente, pois, “não é na história aprendida, é na história vivida que se apóia nossa memória”. (HALBWACHS, 1990: 64).

Nesse sentido, a memória tem se tornado cada vez mais uma importante fonte para o historiador, no enriquecimento das suas pesquisas. Contudo, é imprescindível o aprimoramento no seu trato, levando em consideração as problemáticas da relação História e memória. Conceitos amplamente distintos e que por isso necessitam de um melhor preparo com relação aos fundamentos teóricos e metodológicos na construção do conhecimento histórico.

Segundo Albuquerque Junior (2007), o trabalho de manipular memórias é uma atividade inerente ao ofício do historiador, por isso, ele deve compreender que muitos são os perigos de creditar aos depoimentos dos indivíduos uma “verdade absoluta”. Mesmo que seja um contraponto em relação à história oficial, o pesquisador incorre num equívoco ao transpor os discursos dos depoentes como se fosse uma realidade individual. O autor faz essa reflexão, tendo como referência especial os trabalhos de pesquisas que envolvem a História Oral como fonte. Na sua visão as memórias individuais devem ser entendidas como um ponto de vista sobre a memória coletiva. Em outras palavras, apesar da existência de uma memória individual, é sempre a memória coletiva que mais facilmente evocamos quando buscamos dar um suporte mais confiável ao fato lembrado.

Já para Oliveira (2002), o campo da memória se apresenta como uma área interdisciplinar que perpassa outras ciências como a Antropologia, a Sociologia e a própria História. Entretanto, com relação à produção do conhecimento histórico, é

preciso ter me mente que este é feito a partir de interesses pessoais e ainda sofre influências das crenças e juízos de valor que são criados/construídos a partir do lugar social do seu autor/produtor. Por isso, para não comprometer esse conhecimento, se faz necessário ao historiador ter a clareza de que nessa relação entre história e memória não pode deixar-se seduzir pela nostalgia de um passado idealizado, mas estudá-lo de forma crítica para não incorrer no risco de alimentar tradições.

O mesmo autor, ao fazer uma análise da visão de Pierre Nora, destaca o papel reservado para a história e a memória com relação à preservação do Patrimônio histórico. O autor entende que a memória suscitada e preservada no meio material de um patrimônio histórico deve ser vista como decorrente de escolhas intencionais e pré-estabelecidas, feitas para alimentarem uma história que se deseja incutir no imaginário social. Assim, é possível afirmar que o patrimônio histórico, seja ele material ou imaterial, é sustentáculo de memórias, e como tal incorpora fragmentos e sentimentos experienciadas socialmente pelo indivíduo e a coletividade em espaços e tempos determinados.

Dessa forma, é possível compreender as memórias individuais como uma rememoração dos acontecimentos passados não em seu caráter íntegro, mas como reconstruções produzidas a partir das impressões e estímulos emitidos no presente através dos signos que envolvem a convivência.

Para SCHWARZSTEIN (2001) a História Oral torna possível a compreensão de como os atores sociais, por meio da memória, representam o passado. Em outras palavras, os diálogos travados entre pesquisador e pesquisados são explicitamente uma comunicação entre passado e presente, pois,

Los testimonios orales no son un simple registro, más o menos adecuado de hechos del pasado. Por el contrario, se trata de productos culturales complejos. Incluyen interrelaciones cuya naturaleza no es fácil de comprender, entre memorias privadas, individuales y públicas, entre experiencias pasadas, situaciones presentes y representaciones culturales del pasado y el presente. En otras palabras, los testimonios de historia oral están profundamente influidos por discursos y prácticas del presente y pertenecen a la esfera da subjetividad. (SCHWARZSTEIN, 2001: 73)

Essa situação é bastante representativa daquilo que se convencionou chamar de “memória cambiante”, no sentido de manter esse elo entre situações outras que não se constituem somente de passado. Mas que se relacionam com o presente no qual a testemunha/pesquisado se encontra inserida.

A valorização da memória como fonte de construção do saber histórico e de identidades de grupos sociais por meio do trabalho com a História Oral, constitui-se como forma de retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda, da dominação do presente contínuo que permeia a convivência cotidiana do mundo moderno, mas, ao mesmo tempo, ela compreende uma relação entre lembrança e esquecimento – memórias traumáticas. Nesse sentido,

A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela [a memória] é resultado de um trabalho de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade. E porque a memória é mutante, é possível falar de uma história das memórias de pessoas ou grupos, passível de ser estudada por meio de entrevistas de História Oral. (ALBERTI, 2006: 167)

No que se refere à relação História e memória concordamos com a tese de Neves (2000) de que não há uma oposição acirrada entre elas, o que existe é uma relação de alteridade na qual a representação do passado e a construção das identidades as aproxima. Nesse sentido, a autora afirma que,

[...] as potencialidades da metodologia da História Oral, que tem na memória a principal fonte informativa, são infindáveis, permitindo ao historiador, a seu critério, adotar abordagens históricas de características diferentes, com ênfase, por exemplo, no institucional ou no privado, no público ou no particular, na visão individual ou na visão coletiva. Independentemente de qualquer uma das opções, a questão da reconstrução da identidade ganha dimensão especial, pois a memória e a História, especialmente quando inter-relacionadas, constituem-se fundamento, em substrato identificador do tecido social. (NEVES, 2000: 113)

Le Goff afirma que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1994: 476). Assim sendo, o que se percebe é, em certa medida, uma concordância na fala dos autores acima citados de que embora as diferenças existam, história e memória se comunicam e se aproximam na medida em que o historiador pretende trabalhar, especialmente, na perspectiva de investigar outras possibilidades de trazer à tona “novas histórias dentro da história”.

Essa relação amplia o “alcance” da História porque ela consegue estabelecer outros campos como: a História do Cotidiano, a História das Cidades, a História Local, além de se prestar ao caráter de dar aos menos privilegiados pela História a

possibilidade de fazerem revelações valiosas sobre o passado, relacionado justamente a esse cotidiano, que de outra maneira se perderiam.

Além disso, as contribuições da História Oral são reconhecíveis pela possibilidade de construção e reconstrução das trajetórias coletivas e individuais. Mesmo sendo necessárias discussões sobre seu *status*, ela vem ganhando espaço dentro da academia, sem contar com a questão da interdisciplinaridade que aproxima a História de outras áreas de conhecimento como: Sociologia, Antropologia, Psicologia Social, entre outros. Segundo Thompson, essa característica da História Oral deve ser considerada “uma forma fundamental de interação humana que transcende essas fronteiras disciplinares” (THOMPSON, 2002: 10).

Diante do exposto, o trabalho com a História Oral se mostra um método eficaz para a valorização da memória e a formação de identidades, preocupação da qual a história dita tradicional se distancia. Outra possibilidade é a relação que se estabelece entre pesquisador e pesquisado onde se efetiva o exercício da compreensão do “outro” como sujeito participante da realidade histórica vivenciada, tornando o fazer histórico um processo criativo e cooperativo. Desse modo a História Oral pode funcionar como um elo entre teoria e prática e como um campo multidisciplinar.

Consideramos ainda que o trabalho de pesquisa sobre a memória não é tarefa das mais fáceis, visto que na sociedade contemporânea, os acontecimentos são cada vez mais rápidos e passageiros e a cada dia novos assuntos ocupam espaços na mídia e, conseqüentemente, no imaginário social. Isto faz com que o olhar sobre o passado se torne mais distante e “fora de moda”. Daí evidenciamos que o trabalho com História Oral é de grande importância para reconstituição de memórias e identidades de grupos sociais, pois, a “(...) oralidade (...) permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas” (LOZANO, 1996: 16).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, C. B. (Org). Fontes históricas. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 155-202

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Violar memórias e gerar a história: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil**. In: História: A arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.

BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BURKE, Peter. **O que é história Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

\_\_\_\_\_, Peter. **A Escola dos Annales:** a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CASTRO, Hebe. **História Social.** In: FLAMARIOM, C. & VAINFAS, R. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHARTIER. R. **A História Cultural, entre práticas e representações.** Lisboa, Ed Difel: 1982.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. **Usos & abusos da História Oral.** 3ª edição: Editora Fundação Getúlio Vargas.

FREIRE, Doía e PEREIRA, L. LEITE, in: MURTA, Estela Maris; ALBANO, Celina. (Orgs.) **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 3ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LOZANO, J. E. A. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, M. de M; AMADO, J. (Org.) **Usos & abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 15 – 25.

MENESES U. T. B. de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Z. L. (Org). **Arquivos, patrimônio e memória:** trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999, p. 11 – 29. (Seminários & debates).

ROCHE, D. **O povo de Paris:** Ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

ROLNIK, R. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção primeiros passos, 2003).

SILVA FILHO, O. L. da. Quando o historiador encontra a cidade. In: FORTUNATO, M. L.; OLIVEIRA, F. B. de. **Ensaio:** abordagens teórico-metodológicas em pesquisa. Campina Grande: Editora Universitária – EDUFPG. 2005, p. 78 – 100.

NEVES, L. de. A. Memória, História e sujeito: substratos da identidade. In: **HISTÓRIA ORAL.** Revista da Associação Brasileira de História Oral, n. 3, jun. 2000. – São Paulo.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, História e Patrimônio histórico: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico.** Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pernambuco – Recife 2002.

SCHWARZSTEIN, D. Historia Oral, memória e histórias traumáticas. In: **HISTÓRIA ORAL.** Revista da Associação Brasileira de História Oral, n. 4. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, 2001.

THOMPSON, Paul. **História Oral e contemporaneidade**. In: HISTÓRIA ORAL: Revista da Associação Brasileira de História Oral, n. 5, jun. 2002. – São Paulo: Associação Brasileira de História Oral v. 5. p. 9-28.